



## *Muito além da economia em crise*

*Benício Schmidt\**

*Em verdade, grande parte da crise que afeta a economia brasileira, tem sua origem nos novos arranjos internacionais, especialmente depois dos terremotos de 2008-09. A financeirização dominante no campo econômico, a autonomia dos Estados Unidos para injetar dólares no sistema com concomitante baixa taxa de juros e uma retomada relativa do crescimento e do emprego como agora se verificam, a relativa contenção do crescimento econômico da China (ainda 7,5% ao ano, para o mal e para o bem), causando a violenta baixa dos preços das commodities exportadas pelos “países emergentes”, todos fatores que paralisam o Brasil, também.*

*Todavia, as bases que sustentam a presente crise político-institucional têm outras e múltiplas fundamentações. Algumas têm a ver com a tradição histórica brasileira. Segundo grandes intérpretes da política contemporânea, a história de um país é a matriz fundamental, a partir da qual pode ser interpretado o comportamento do país no contexto internacional. Podemos ajustar esta argumentação para os trâmites internos dos processos decisórios, o que vem a ser o cenário da atual política nacional brasileira.*

*Nossa história política sempre esteve marcada por forte Patrimonialismo: um modo muito particular de confundir o que é público com a propriedade privada e particular dos que exercem o poder. Desde a instalação do império português em nossas terras, o capital público -da natureza às empresas, das vias de acesso às minas de ouro e prata até o capital imobiliário erigido pela Coroa para abrigar seus nobres e delegados- sempre foram objeto da cobiça de seus eventuais usuários e ocupantes, independentemente do prazo que esta ocupação era justificada pelo exercício de algum cargo ou função administrativa ou político representativa. No Brasil, desde sempre, quem exerce o poder tende a ampliar seus domínios sobre as próprias bases e meios de exercício do poder. Dependendo da fase histórica, estes domínios vão das chamadas “terra devolutas”, de propriedade do Reino e depois da República, terras sob o controle do Estado Nacional, que são doadas a “servidores exemplares” ou, simplesmente, favoritos do Poder Central, seja ele o Monárquico Parlamentarismo ou o Republicanismo Presidencialista.*

*Tanto no Império, quanto na conjuntura instalada pela Ditadura Militar (1964-1985), os mecanismos e os benefícios foram os mesmos. Ricas concessões de minas, terras da Amazônia e outras concessões para exploração de recursos naturais foram devidamente outorgadas aos favoritos das elites militares.*



*Naturalmente, este Patrimonialismo se estende ao sistema representativo, ao sistema eleitoral e ao sistema partidário. O imenso pote de recursos estatais, traduz-se de muitas formas, sendo o Fundo Partidário (hoje cerca de R\$ 850 milhões de reais), uma de suas expressões mais significativas. As possibilidades de financiamento de campanhas, com doações privadas e corporativas, se agregam às demais facilidades e possibilidades. Deve ser sublinhado, também, que o Brasil é campeão mundial em benesses aos seus parlamentares: carros de uso privativo, escritórios, pessoal, viagens pagas e outras despesas. Fatos e fatores desconhecidos na maioria dos países democrático representativos.*

*Essa combinação de fatos e suas decorrentes institucionalidades, tendem a gerar fortes sistemas hierárquicos de comando nas organizações, especialmente nos Partidos Políticos e em suas correspondentes burocracias. Com isto, perde-se, ao longo do acidentado caminho marcado por intrigas e pequenas lutas pelo poder decisório, a visão estratégica de uso destes mesmos recursos.*

*Sem estratégia não há políticas consequentes. Governar um país sem ter por base uma estratégia, a ser percorrida ao longo de diferentes prazos e diante de distintos pares internacionais, é acreditar que a administração cotidiana será suficiente para concretizar grandes metas e realizar sonhos nacionais projetados.*

*Nada mais enganoso, especialmente em nossos dias, com a presença de enorme condensação de informações e multiplicação de canais decisórios; todos repousando em fantásticas capacidades informacionais instaladas. Os Estados perderam o monopólio de representação e ação em nome de seus cidadãos no cenário mundial. Hoje, forças não-estatais, como Organizações Internacionais, Tratados sobre Migração e Comércio Internacional, Organizações Não-Governamentais em geral, têm alto protagonismo e disputam com os Estados Nacionais os papéis decisórios.*

*Este quadro torna qualquer tentativa de mudança política ou econômica em uma enorme mudança social- ou seja- política e economia dependem cada vez mais de mudanças sociais. Isto é, exemplos de boa disposição para tratar o capital público (seus bens e serviços) como deve ser, tendo o público como destinatário e não erigir seus intermediários (oficiais de governo, administradores) como seus beneficiários. Por isso que, curiosamente, em todo o mundo vivendo a situação internacional de crise, a partir de 2008, mandatários procuram conquistar as simpatias de seus representados com comportamentos austeros e exemplares, diminuindo as benesses de seu eventual poder, etc.*

*Todavia, mais importante do que isto, carregando muito de efeitos simbólicos sobre a imagem transmitida pelos governantes aos governados, repousa o dilema de ter ou*



*não ter uma Política Estratégica Global para enfrentar as condições contemporâneas, sejam sociais, políticas, econômicas ou de segurança militar em um mundo em crescentes níveis de conflito.*

*A crise brasileira atual, semelhante a muitas outras em outros países, carrega consigo esta qualificação: somos um país sem um equipamento que permita definir uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento e Integração Social. Diante do enfraquecimento de nosso poder no comércio internacional, dado o barateamento das commodities, por exemplo, estamos perplexos com os efeitos de nossa desindustrialização e o aumento de nossos níveis de desemprego estrutural. Houvesse uma estratégia e uma abertura política a hábitos mais austeros e eficientes, a saída seria mais fácil Cabe aos trabalhadores organizados lutar por estas condições, como preliminares às mudanças econômicas trazidas pelo ajuste fiscal estrangulador.*

*Sem novos hábitos políticos e sem uma estratégia nacional concertada, pouco será feito para a sobrevivência em mares tão bravios, apesar de consensos aparentemente tranquilos sobre o “quê fazer”!*

*\*colaborador do IAEUGT*